



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 16, Issue, 07, pp.70742-70744, July, 2026

<https://doi.org/10.37118/ijdr.30991.07.2026>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

CONSTRUINDO NO TRABALHO O HOMEM NOVO: SENTIDO E ALCANCE

António Inácio Rocha Santana

¹Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Jean Piaget de Angola

ARTICLE INFO

Article History:

Received 20th April, 2026

Received in revised form

18th May, 2026

Accepted 25th June, 2026

Published online 30th July, 2026

Key Words:

Homem novo; sentido da expressão; alcance da expressão; Hino nacional; Angola.

*Corresponding author:

António Inácio Rocha Santana

ABSTRACT

O ensaio analisa a expressão do hino nacional de Angola, “construindo no trabalho o homem novo”, destacando seu significado histórico, político e social no contexto pós-independência de 1975. Essa expressão sintetiza um projecto de emancipação e formação humana, no qual o trabalho é concebido como prática educativa e social central para a transformação do indivíduo e da sociedade angolana. A construção do ‘homem novo’ implica superar a alienação herdada do colonialismo e formar cidadãos críticos, conscientes e socialmente comprometidos. O processo envolve a articulação entre estudo e trabalho, entendido como uma pedagogia da reconstrução nacional que desenvolve competências técnicas, consciência crítica, solidariedade e resiliência. A educação surge, assim, como instrumento essencial para a emancipação, indo além da mera transmissão de conhecimentos e formando sujeitos capazes de intervir de forma crítica na realidade social. O alcance do ideal do ‘homem novo’ é analisado em três dimensões: conjuntural, espacial e temporal. Conjunturalmente, relaciona-se com a necessidade de reconstrução social e consolidação da soberania. Espacialmente, encontra expressão na escola como espaço de formação de valores e cidadania crítica. Temporalmente, trata-se de um processo contínuo e inacabado, em constante actualização à medida que a sociedade evolui.

Copyright©2026, António Inácio Rocha Santana. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: António Inácio Rocha Santana. 2026. “Construindo no trabalho o homem novo: sentido e alcance.”. *International Journal of Development Research*, 16, (07), 70742-70744.

INTRODUCTION

O hino nacional de Angola, “Angola Avante”, foi entoado pela primeira vez em 11 de Novembro de 1975, no acto solene da proclamação da independência. No seu terceiro verso, afirma-se que os angolanos honram o passado e a história, “construindo no trabalho o homem novo”. Esta expressão encerra um profundo significado histórico, político e social, evocando não apenas a libertação do domínio colonial, mas também a edificação de uma nova identidade colectiva e individual. Assim, coloca-se a questão: qual é o sentido e o alcance da expressão “construindo no trabalho o homem novo”, quando analisada como proposta de reflexão sobre o papel do trabalho na formação do indivíduo e na transformação da sociedade angolana?. Partimos da proposição de que a expressão “construindo no trabalho o homem novo” sintetiza um projecto histórico de emancipação e formação humana, no qual o trabalho, entendido como prática social e educativa, constitui o eixo central da transformação do sujeito e da sociedade angolana. A ideia de “construir no trabalho o homem novo” transcende a retórica política e apresenta-se como um projecto civilizacional, orientado para a formação de um sujeito angolano consciente, crítico e socialmente comprometido. Esse ‘homem novo’ distingue-se do colonizado - alienado, subalternizado e reduzido a objecto histórico - por ser portador de uma consciência transformadora, capaz de intervir na realidade concreta do país

(Fanon, 2008). Trata-se, portanto, de um ideal que articula dimensões históricas, culturais e sociais, no qual o indivíduo é convocado a ressignificar a sua condição existencial. O homem novo é concebido como ser em devir, em permanente processo de construção, cuja identidade resulta da dialéctica entre herança cultural e compromisso com a modernidade. Assim, a independência não se limita à conquista da soberania política, mas inaugura uma nova concepção de humanidade, marcada pela luta contra a alienação e pela valorização da consciência crítica (Adorno, 2006; Freire, 2019). O ensaio organiza-se em três momentos: o primeiro momento analisa o sentido da expressão no contexto histórico e filosófico da independência; o segundo momento discute o seu alcance nas dimensões conjuntural, espacial e temporal; e o terceiro momento apresenta uma síntese conclusiva, integrando as reflexões desenvolvidas e projectando perspectivas futuras.

Contextualização histórica: reflexão sobre o sentido da expressão:

A independência de Angola, proclamada em 1975, constituiu um marco histórico de ruptura com o colonialismo, inaugurando um período de mudanças sociais, políticas e culturais profundas. O novo contexto exigia não apenas a transformação das estruturas institucionais, mas também a reconstrução da consciência individual e colectiva do povo angolano. Todavia, essa tarefa revelou-se complexa, uma vez que o processo colonial havia reduzido o sujeito colonizado a uma condição de subalternidade e dependência, caracterizada pela alienação e pela ausência de autonomia crítica

(Fanon, 2008). Em 1975, o grau de escolarização da população adulta era extremamente baixo, com índices de analfabetismo estimados em cerca de 85% (Bender, 2013). Esse dado ilustra a fragilidade da formação do indivíduo no contexto pós-colonial imediato, revelando um cidadão limitado no horizonte da sua visão social e política, frequentemente reduzido a executar ordens e privado de iniciativa própria. Neste quadro, emergia a necessidade de despertar esse homem, de forma a posicioná-lo como protagonista das transformações em curso. A revolução angolana, de inspiração marxista-leninista, reconhecia que a emancipação nacional não se restringia à substituição de estruturas políticas e económicas, mas implicava igualmente a transformação da consciência e da subjectividade, porquanto não é possível formar um ‘homem novo’ sem a transformação das estruturas sociais, nem transformar as estruturas sem a formação de um sujeito capaz de lhes dar sentido histórico (Marx, 2007). Essa dialéctica entre condições materiais e consciência crítica está no cerne da concepção do ‘homem novo’. Importa, contudo, reconhecer que a concepção do “homem novo” em Angola não se esgota nas influências do pensamento marxista-leninista. Ela encontra igualmente ressonância em valores profundamente enraizados nas tradições africanas, nomeadamente na centralidade da comunidade, da solidariedade, da responsabilidade colectiva e do respeito pelos mais velhos. O nacionalismo africano que sustentou as lutas de libertação procurava não apenas transformar as estruturas políticas herdadas do colonialismo, mas também recuperar elementos identitários e culturais que haviam sido marginalizados. Nesse sentido, a construção do homem novo pode ser entendida como uma síntese entre os ideais universais de emancipação humana e os valores comunitários próprios das sociedades africanas.

Neste processo, a educação foi concebida como pilar fundamental. A escola não deveria ser apenas transmissora de conhecimentos instrumentais, mas um espaço de emancipação intelectual e social, que promovesse a superação da alienação (Lobrot, 1973). Assim, o “aqui e agora” do homem novo começava pela escola, mas por uma escola repensada em função do ser humano integral - uma instituição formadora de cidadãos críticos, criativos e conscientes da sua responsabilidade histórica. A transformação do homem colonizado em sujeito emancipado não era, contudo, imediata nem automática. Tratava-se de um processo contínuo e intergeracional, em que o indivíduo deveria ser educado a partir do binómio estudo-trabalho, entendido como fundamento da construção do ‘homem novo’ e da própria nação. A educação, nesse horizonte, não se limitava à transmissão de conhecimentos formais, mas visava formar cidadãos conscientes do seu papel histórico na reconstrução do país. O trabalho assumia, assim, uma “dimensão formativa, ética e patriótica”, tornando-se o espaço privilegiado onde o indivíduo transformava a realidade e, simultaneamente, se transformava a si mesmo. A articulação entre estudo e trabalho representava, portanto, uma pedagogia da reconstrução nacional, concebida como meio de desenvolver não apenas as competências técnicas necessárias ao progresso material, mas também a consciência crítica, o sentido de solidariedade e a resiliência diante dos desafios da independência. Nesse sentido, tal ideal educativo aproxima-se da concepção defendida por Adorno (2006), segundo a qual a educação deve preparar o sujeito para orientar-se autonomamente no mundo, cultivando a capacidade de reflexão e a resistência à reprodução acrítica de preconceitos e formas de dominação. Assim, o binómio estudo-trabalho traduzia-se, em Angola, numa proposta de formação integral que, à semelhança da pedagogia crítica adorniana, procurava unir emancipação intelectual e transformação social. Essa visão encontrou eco nas políticas educativas e nos discursos oficiais do pós-independência, que concebiam a escola e o trabalho como instrumentos de libertação e de consolidação da soberania nacional. Inspiradas pelos ideais socialistas e pelo pensamento humanista africano, tais políticas procuravam romper com o modelo colonial de ensino centrado na obediência e na reprodução de valores alheios, para instaurar uma educação orientada para a consciência nacional e o desenvolvimento colectivo. O trabalho, entendido como prática social e pedagógica (Gutiérrez, 1988), foi incorporado ao currículo e à vida comunitária, visando formar cidadãos produtivos, críticos e

solidários. Nesse contexto, educar era também politizar, no sentido de despertar nos indivíduos a compreensão do seu papel histórico na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, a educação angolana do período imediato à independência tornou-se um campo de materialização do projecto de construção do ‘homem novo’, onde o saber e o fazer, a teoria e a prática, convergiam num mesmo horizonte de transformação social. A formação do homem novo implicava, desse modo, educar para o compromisso, para o esforço colectivo e para a superação das heranças coloniais, promovendo uma identidade capaz de unir o desenvolvimento individual ao projecto comum de edificação de uma Angola livre, justa e próspera. Essa concepção revela o profundo sentido político e filosófico da expressão “construindo no trabalho o homem novo”, presente no hino nacional de Angola. Mais do que uma simples evocação poética, trata-se de uma proposta de transformação social e moral, que confere ao trabalho um valor simbólico e prático essencial na edificação da nova sociedade pós-colonial. O trabalho deixa de ser apenas um meio de subsistência ou de produção económica e passa a representar o instrumento privilegiado de libertação e de criação do novo sujeito histórico angolano. Assim, o ‘homem novo’ surge como o resultado de um processo educativo e produtivo simultâneo, em que o agir e o pensar, o aprender e o fazer, unem-se num mesmo movimento de humanização (Gutiérrez, 1988). O alcance dessa expressão ultrapassa, portanto, o plano individual, projectando-se sobre a colectividade e expressando o ideal de um povo que se reconstrói a si próprio através da dignificação do trabalho, da solidariedade e da consciência nacional.

Apesar da força mobilizadora deste ideal, a concretização do projecto do “homem novo” enfrentou múltiplos desafios. As dificuldades económicas, os longos anos de conflito armado, as assimetrias sociais e as limitações institucionais condicionaram a plena materialização dos objectivos inicialmente concebidos. Tal realidade demonstra que a formação de uma nova consciência social não depende exclusivamente de orientações políticas ou educativas, mas exige igualmente condições materiais, estabilidade social e oportunidades concretas de participação cidadã. Assim, o homem novo deve ser compreendido menos como uma realidade concluída e mais como um horizonte permanente de construção colectiva.

Contextualização histórico-temporal: reflexão sobre o alcance da expressão: Para compreender o alcance da expressão “construindo no trabalho o homem novo”, é necessário situá-la em três dimensões fundamentais: conjuntural, espacial e temporal. Cada uma dessas dimensões revela que a formação do homem novo não se trata de um objectivo limitado ao período da independência, mas sim de um processo contínuo e intemporal, em constante actualização à medida que a sociedade angolana se transforma. Do ponto de vista conjuntural, a proclamação da independência em 1975 exigia uma profunda reconstrução social. O desafio não residia apenas em consolidar a soberania política, mas também em redefinir as bases da vida colectiva. Como observa Freire (2021), a libertação autêntica pressupõe que os sujeitos historicamente oprimidos passem a ser protagonistas da sua própria história. Assim, o alcance do ‘homem novo’ deve ser compreendido como a possibilidade de transformar as relações sociais, promovendo uma cidadania crítica, consciente e participativa. Na dimensão espacial, o alcance do ideal inscreve-se no papel atribuído à escola enquanto instituição central de socialização. A escola não é apenas um espaço de transmissão de conhecimentos, mas sobretudo um instrumento de construção de valores, atitudes e modos de vida. De acordo com Durkheim (2012), a educação é, simultaneamente, um processo de socialização e um mecanismo de regulação social. Portanto, a escola angolana pós-independência deveria assumir a função de formar sujeitos não apenas ajustados à nova realidade, mas capazes de questionar criticamente as estruturas vigentes e de contribuir para a transformação social. Para além das competências técnicas e da consciência política, a construção do homem novo pressupõe igualmente uma sólida formação ética. Num contexto marcado por desafios relacionados com a corrupção, o individualismo exacerbado e a fragilização de valores cívicos, torna-se fundamental promover princípios de integridade, responsabilidade, honestidade e respeito pela dignidade humana. O homem novo não se

define apenas pela sua capacidade produtiva ou pelo seu compromisso político, mas também pela sua conduta moral e pela sua disposição para colocar o interesse colectivo acima de benefícios particulares. No que se refere à dimensão temporal, o alcance do ideal mostra-se intemporal, já que a construção do homem novo é um processo inacabado, que acompanha a evolução histórica da sociedade. O ser humano não é concebido como entidade estática, mas como ‘ser em devir’, permanentemente chamado a recriar-se e a redignificar-se em função das circunstâncias históricas. Como sublinhou Kosík (1976), a práxis humana é, ao mesmo tempo, transformação do mundo e autotransformação do próprio sujeito. O alcance da expressão “construindo no trabalho o homem novo” vai além da retórica revolucionária: trata-se de um projecto educativo, político e cultural de longo prazo, que integra a emancipação individual e colectiva e continua a interpelar a sociedade angolana contemporânea. Na Angola contemporânea, a actualidade da expressão “construindo no trabalho o homem novo” manifesta-se perante novos desafios sociais, económicos e tecnológicos. O elevado desemprego juvenil, as exigências da economia do conhecimento, a expansão das tecnologias digitais e a necessidade de diversificação económica colocam novas responsabilidades à educação e ao trabalho. Formar o homem novo, no século XXI, significa desenvolver não apenas consciência crítica e espírito patriótico, mas também competências de inovação, empreendedorismo, criatividade e adaptação às transformações globais. O ideal permanece válido, embora deva ser reinterpretado à luz das exigências do presente.

CONCLUSÃO

A expressão inscrita no hino nacional - “construindo no trabalho o homem novo” - não deve ser interpretada apenas como um lema simbólico da independência, mas como um projecto histórico de emancipação humana que continua a desafiar a sociedade angolana. O ensaio demonstrou que o sentido da expressão remete para a superação da condição de alienação herdada do colonialismo e para a formação de sujeitos críticos, criativos e socialmente comprometidos. Ao mesmo tempo, o seu alcance revela-se intemporal, uma vez que a construção do homem novo acompanha cada etapa da evolução política, económica e cultural de Angola. Em suma, “construir no trabalho o homem novo” constitui um projecto permanente de formação humana e de desenvolvimento nacional. Mais do que um ideal associado ao contexto histórico da independência, representa um desafio contínuo para cada geração de angolanos, chamada a participar activamente na construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

O homem novo do século XXI deve ser simultaneamente cidadão crítico, profissional competente, agente de inovação e referência ética. Deve possuir consciência histórica sem se aprisionar ao passado, valorizando a identidade nacional enquanto desenvolve capacidades para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais globalizado e tecnologicamente complexo. Assim, o verdadeiro alcance da expressão inscrita no hino nacional reside na sua capacidade de permanecer actual e mobilizadora. Ela recorda que a emancipação humana não é uma conquista definitiva, mas um processo permanente de aperfeiçoamento individual e colectivo, através do qual Angola continua a construir-se a si mesma, formando cidadãos capazes de transformar o trabalho em instrumento de dignidade, progresso e realização humana.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (2006). *Educação e emancipação* (W. L. Maar, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bender, G. J. (2013). *Angola under the Portuguese: The myth and the reality*. Berkeley: University of California Press.
- Durkheim, É. (2012). *Educação e sociologia* (M. J. de Carvalho, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Fanon, F. (2008). *Os condenados da terra* (E. Cordeiro, Trad.). Salvador: Editora UFBA.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2021). *Pedagogia do oprimido* (65. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gutiérrez, F. (1988). *Educação como práxis política*. São Paulo: Summus.
- Kosík, K. (1976). *Dialética do concreto* (C. N. Coutinho, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
